

EDUCAÇÃO, RAÇA E TRABALHO: IDEOLOGIAS NO BRASIL DOS ANOS 1930

Bruno de Oliveira Ribeiro¹

José Antônio de Souza²

RESUMO

A “Era Vargas” é, constantemente, lembrada como central no processo brasileiro de modernização econômica, social, político e cultural, já que novas relações de trabalho e um novo ideal de homem foram ambicionados pelo Estado e para o povo. Ao analisar as peculiaridades do trabalho e da raça, como ideologias do Estado varguista, espera-se conseguir realçar a influência de ambos para a constituição tanto da cidadania, quanto da identidade nacional naquele período, sobretudo por meio da educação pública. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o intuito de retomar laços entre o fim da escravidão e o início da proletarização no Brasil, bem como ressaltar os elos entre cidadania e identidade nacional. Os resultados apontam para a contradição entre a ideologia disseminada pelo Estado varguista e as políticas raciais estabelecidas ao longo da Era Vargas, assim como o ideal da formação de um “novo homem” perpassavam o trabalho e a raça. Nesse sentido, a Educação se apresentou enquanto o principal meio de disseminação das ideologias estatais.

Palavras-chave: Raça. Trabalho. Educação. Cidadania. Identidade Nacional.

EDUCATION, RACE AND WORK: IDEOLOGIES IN BRAZIL IN THE 1930s

ABSTRACT

The “Vargas Era” is constantly remembered as central to the Brazilian process of economic, social, political and cultural modernization, as new labor relations and a new ideal of man were desired by the state and the people. By analyzing the peculiarities of work and race as ideologies of the Vargas State, we hope to highlight their influence on the constitution of both citizenship and national identity in that period, especially through public education. A bibliographical research was carried out with the intention of retaking ties between the end of slavery and the beginning of proletarianization in Brazil, as well as highlighting the links between citizenship and national identity. The results point to the contradiction between the ideology spread by the Vargas State and the racial policies established throughout the Vargas Era; In the same way, the ideal of the formation of a “new man” permeated the conceptions of work and race. In this sense, Education presented itself as the main means of dissemination of state ideologies.

Keywords: Race. Job. Education. Citizenship. National Identity.

¹Professor da Universidade de Rio Verde /GO (UniRV). Mestre em Ciências Sociais (UEL) e doutorando em Ciências Sociais (UNESP-Marília). Brasil. E-mail: ribeiro.brunodeoliveira@gmail.com

²Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Paranaíba, vinculado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e ao Mestrado em Educação. Brasil. E-mail: joseantonio@uems.br

1 INTRODUÇÃO

O período de 1930 a 1964, no Brasil, é de busca por um equilíbrio na instabilidade entre parcelas da classe dominante nacional, fator que aponta para a entrada do povo, enquanto massa, na cena política nacional, do trabalhador urbano ser redimensionado em sua participação social e organização política, principalmente, político-partidária. O povo, enquanto uma coletividade de cidadãos, segundo Ianni (2004), seria cercado de meios que visassem a, sobretudo, seu controle, mas também sua força de trabalho. Ao acompanhar parcela dessas mudanças econômicas e, conseqüentemente, do quadro político bastante complexo desse recorte histórico, pretendemos analisar o papel que ideologias raciais e uma nova ética do trabalho cumprem nesse percurso, principalmente ao recair sobre o povo.

Atenção central será dada ao período dos anos 1930, período em que tanto o trabalho como a raça são apresentadas ideologias remodeladas para atender a um país em vias de se modernizar. A partir desse projeto nacional, acompanhamos o crescimento da urbanização, da proletarização, a construção de novas concepções de cidadania e democracia.

Nesse período, também se compreende a construção da legislação social brasileira, composta por legislação trabalhista e previdenciária, obviamente ao considerar o contexto de industrialização almejado a partir de 1930, quando seriam necessárias condições sociais, transcritas como direitos sociais, para o trabalhador urbano que tende, de acordo com diversas projeções, a avolumar-se cada vez mais. Antes disso, o Estado Nacional oscilava entre o Liberalismo da *mão invisível* e o protecionismo econômico, este último mais pujante no Governo Vargas e necessário ao desenvolvimento industrial³. Castro-Gomes (1979, p. 34) considera que “a nova mentalidade de proteção aos fatores de produção tem, portanto, o objetivo de, bloqueando a ação do mercado, preservar o desenvolvimento do Capitalismo [interno]”.

³Todas as Nações que almejam desenvolver o Capitalismo, depois da experiência inglesa, necessitam da intervenção estatal para seu sucesso. Segundo Marx, n’O Capital, “O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes [...], de abreviar violentamente a transição do modo de produção antigo para o moderno” (2013, p. 826).

A construção de uma legislação social e de uma nacionalização da política econômica, nesse caso apontando para um processo de industrialização e, conseqüentemente de protecionismo, são marcados por um alto grau de controle estatal. Tal controle não diz respeito apenas a instituições e legislações que garantam por meio da força tal controle; mesmo Maquiavel não acreditava que um Estado se manteria apenas pelo uso da força; algumas ideologias cumprem um papel fundamental nesse processo e podem ser observadas quando nos atentamos para a importância de classificações etnicorraciais (negro, mestiço, imigrantes), clivagens entre espaços urbanos e rurais, ou diferenciações caras àquele período, como o trabalhador e o malandro, que (re)apresentam um projeto de futuro da nação e seus novos critérios de inclusão e exclusão.

Draibe (1985) capta um movimento duplo que perpassa o período entre 1930 e 1945, de constituição do Estado-Nação e de um Estado capitalista:

Nessa etapa crucial de constituição do “capitalismo industrial” e do Estado capitalista no Brasil, condensam-se, simultaneamente, num curto período histórico, as múltiplas faces de um processo de organização das estruturas de um Estado-Nação e de um Estado capitalista cuja forma incorpora, crescentemente, aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas que estabelecem um suporte ativo ao avanço da acumulação industrial (DRAIBE, 1985, p. 82).

Cabe apontar que atribuímos tanto à raça quanto ao trabalho a capacidade de articulação com ambas as estruturas, do Estado-Nação e do Estado capitalista, uma vez que o nacionalismo e a identidade nacional se fortalecem com o discurso trabalhista e racial.

Inicia-se, assim, o delineamento da principal fase de formação da classe operária no Brasil, iniciada em fins do século XIX, dada a expansão cafeeira e a Abolição da escravidão, que alteram significativamente o sistema de transporte; de prestadores de serviços, com pequenas indústrias, a exemplo das têxteis; geração de energia, sistemas bancários, entre outras mudanças, todas indicando um acúmulo de capital necessário ao desenvolvimento do Capitalismo. Esse eixo do café, centralizado em São Paulo, é fortalecido cada vez mais, concentrando capital e força produtiva - trabalhadores eram continuamente atraídos pela própria expansão das condições econômicas da região.

Sobre a classe operária é necessário entender um duplo movimento. O primeiro, com o desmonte do escravismo nacional junto a uma reformulação necessária do sentido de trabalho no Brasil e, em segundo lugar, a política de imigração nacional, principalmente porque nossos trabalhadores urbanos, inicialmente, eram pensados como majoritariamente “estrangeiros”.

A estabilidade política brasileira de nossa primeira experiência democrática, conhecida historicamente como República Velha, foi elaborada de maneira a minorar o espaço de participação popular, por meio de duas posturas políticas bastante comuns em nosso país: o Coronelismo⁴ e a Política Café com Leite⁵. O controle político do povo e, posteriormente, dos trabalhadores industriais atinge a estabilidade almejada pelo sistema econômico e político. A construção do “brasileiro”, enquanto identidade nacional, possui pitadas de branqueamento, de assimilação e de cidadania, nesse caso concedida, conforme Sales (1994). Nosso olhar voltado para o desenvolvimento de um Capitalismo Tupiniquim indica a necessidade de uma ética do trabalho bem distinta da que nosso passado histórico sacramentara, mas também aponta para a necessidade do controle da massa popular.

Tal qual no período regencial brasileiro, os temas de cidadania e identidade nacional, conjuntamente, voltam a ocupar espaço central na esfera pública nacional. Em ambos os períodos havia uma grande busca por estabilidade política, social e econômica, de tal forma que essas temáticas, ao que tudo indica, suprimiram, momentaneamente, aspirações da esfera pública e política, ao garantir ou suprimir direitos e reconfigurar os padrões identitários que melhor se acomodem nos cenários socialmente vigentes.

A década de 1930 materializa tantas mudanças econômicas, sociais, políticas, ideológicas e culturais que, historicamente, muitos associam tal década a um período de “Revolução”. Considerando o conjunto de mudanças e, concordando

⁴De acordo com Victor Nunes Leal (2012, p. 44) tal fenômeno seria “um compromisso, uma troca de proveitos entre poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influencia social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”. Sem compreender a estrutura agrária, educacional e nossa esfera pública, sugere Nunes Leal, tal fenômeno não é compreensível.

⁵O “Leite” estava menos articulado ao poder econômico e mais fortemente relacionado à necessidade de estabilidade política; a região leiteira, Minas Gerais, era detentora de um grande colégio eleitoral que, somado ao poder econômico e ao colégio eleitoral paulista, garantiria estabilidade política (FAUSTO, 1995, p. 273).

com tal operação semântica e conceitual⁶, pretendemos descrever, concisamente, o cenário pré-revolução de 1930, para que as mudanças possam se tornar mais perceptíveis; em seguida, buscaremos analisar as construções políticas e ideológicas do Governo Vargas, principalmente em seu período ditatorial, com o intuito de apontarmos alguns efeitos da chamada modernização. Finalmente, teceremos algumas considerações sobre nossa ideia de modernização e seus efeitos, ainda presentes, no cenário brasileiro.

2 A REVOLUÇÃO DE 1930 E SEUS ANTECEDENTES

A principal mudança, na transição da República Velha para os anos de 1930, sem dúvidas, foi em relação às bases e às forças sociais que articulavam o sistema de dominação no Brasil, crucial à construção de uma ordem burguesa no país, em detrimento da República Oligárquica antes constituída e da correlação de forças estáveis e excludentes (CARDOSO, 1975).

Os estabelecidos de nossa história social possuíam como pedra de toque de sua dominação a grande propriedade e o trabalho escravo, em boa parte de seu grande livro *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre (2006 [1933]), referindo-se ainda ao Brasil colonial, nomeava os donos do poder de senhores de terras e escravos; essa era a base do poder local, somando-se ao poder da Coroa durante o Brasil imperial. Um número muito reduzido de homens livres, burocratas e a burguesia mercantil ampliavam o quadro social.

A relação entre senhor e escravo ainda representava a maior diferenciação da sociedade brasileira que, a partir da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), assiste a uma ascensão dos militares ao espectro político nacional. Concomitante a esse processo, temos a chegada de um número considerável de imigrantes e o café galga *status* de principal produto de exportação nacional. Tais mudanças nos indicam a projeção cada vez maior da cidade, enquanto espaço central para arena política.

⁶Florestan Fernandes, em *Revolução Burguesa no Brasil* (1976, p. 17), aponta uma boa explicação de o porquê tratar 1930 como “Revolução de 1930”, ao afirmar que se trata de “renovar ou substituir o padrão de civilização vigente” e sobre o novo padrão afirma: “[...] pelo menos depois da Independência, envolve ideais bem definidos de assimilação e aperfeiçoamento interno constante das formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida, imperantes no chamado ‘mundo ocidental moderno’”.

Sobre esse quadro de rápidas mudanças, o período entre 1888 e 1889 tem, respectivamente, a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República. A Abolição também significa o fim do modelo econômico mercantil-escravista cafeeiro nacional, que levaria o país a ser o maior exportador mundial de café, em 1830. Passamos a assumir um modelo capitalista agrário-exportador, que perduraria até 1930. O café, dessa forma, seguia sendo o principal produto nacional de exportação; e outros poucos produtos como cacau, oriundo principalmente do sul da Bahia, e o látex, de árvores nativas da região amazônica, também eram destinados à exportação. O fim do tráfico negreiro, em 1850, e a Abolição, em 1888, atingem aspectos centrais do modelo econômico e obrigam senhores de terra e escravos a repensarem o tipo de relação que teriam com seus trabalhadores. A proclamação da República é igualmente emblemática desse momento de grandes mudanças sociais: os militares, encabeçados por Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, empreendem um golpe de Estado, proclamam a República e se tornam, respectivamente, os primeiros Presidentes.

O período que segue - conhecido como República Velha, ou Oligárquica, ou ainda conhecido como política do Café com Leite - apresenta um quadro histórico e social, em que a estabilidade política e econômica só seria conquistada no Governo Campos Sales (1898 – 1902). A constituinte de 1891⁷ aumenta os gastos públicos devido ao federalismo quisto pelas oligarquias estaduais e, com tal autonomia e a ausência de novas fontes de recursos, no mesmo ano, ocorrem o Encilhamento⁸ e os grandes gastos com Revoltas⁹. Campos Sales negocia um empréstimo internacional, a ser pago em dez anos, instaura um pacote de saneamento das contas públicas, busca atrair o capital estrangeiro e limita o desenvolvimento industrial brasileiro. Entretanto, o aspecto mais crucial para a estabilidade foi a consolidação da Política dos Governadores¹⁰, pois garantia uma sustentação política.

⁷Estabeleceu, entre outras coisas, o presidencialismo; os três poderes; o voto direto e universal para todos os cidadãos, excluídos, menores de 21 anos, analfabetos, mendigos e os praças militares; Estado e Igreja foram separados, portanto, deixou de existir uma religião oficial (FAUSTO, 1995).

⁸Febre de negócios e especulação financeira que, no início de 1891 transformou-se em crise com derrubada do preço das ações, a falência de estabelecimentos bancários e empresas. O valor da moeda brasileira, cotado em relação à libra inglesa, começou a despencar (FAUSTO, 1995, p. 252).

⁹Revolução Federalista (1893 – 1895) e Revolta de Canudos (1896 – 1897).

¹⁰Visava reduzir ao mínimo os conflitos políticos em cada estado, em favor dos grupos mais fortes, chegar a um acordo entre União e estados e por fim a hostilidades entre Executivo e Legislativo. O

Tal política era complexa, já que em nível de estados e municípios ela se articulava com o coronelismo, mas esse era o modo com que se assegurava a estabilidade política necessária ao desenvolvimento econômico nacional. A política dos governadores baseava-se no compromisso de apoio mútuo: em nível nacional, entre São Paulo e Minas Gerais (Café com Leite), para manutenção e reprodução da lógica na política; enquanto o coronelismo e as diversas possibilidades de fraudes eleitorais garantiam a reprodução para os demais estados e municípios.

Há, com esse cenário, certa estabilidade política e uma euforia com o café, traduzida em expansão da área de produção. O governo também avança em suas políticas de imigração¹¹, com a chegada de um número considerável de imigrantes alemães, italianos, espanhóis, portugueses. O Brasil ambicionava, com a imigração, um embranquecimento da população, mas também um novo perfil de trabalhador, diferente do negro: um trabalhador mais adaptado ao novo tipo de ofício, ou assalariado, o trabalhador moderno.

A euforia com o café entra em colapso a partir da crise de 1929. Há, no Brasil, uma superprodução da mercadoria e uma crise internacional que reforça o caráter global do próprio capitalismo. E os efeitos dessa crise se estendem até as proximidades da II Guerra Mundial. Uma ressalva, no entanto, deve ser feita e, nas palavras de Hobsbawm:

O trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética. Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manual faturados do mundo em 1929 para 18% em 1938, enquanto no mesmo período a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo. E mais, não havia desemprego. Essas conquistas impressionaram mais os observadores estrangeiros de todas as ideologias, incluindo um pequeno mas influente fluxo de turistas sócio-econômicos em Moscou em 1930-5, que o visível primitivismo e ineficiência da economia soviética, ou a implacabilidade e brutalidade da coletivização e repressão em massa de Stalin. Pois o que eles tentavam compreender não era o fenômeno da URSS em si, mas o

Governo Central sustentaria as Elites Locais que em troca apoiariam a presidência (FAUSTO, 1995, p. 259).

¹¹Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930, a forte demanda na lavoura de café seria o principal fator. A constituição de 1891 realizou uma grande naturalização, quando declarou cidadão nacional todos que aqui estavam em 15 de novembro de 1889 e não se declarasse de outra forma em seis meses após a Constituição entrar em vigor (FAUSTO, 1995).

colapso de seu próprio sistema econômico, a profundidade do fracasso do capitalismo ocidental. Qual era o segredo do sistema soviético? Podia-se aprender alguma coisa com ele? Ecoando os Planos Quinquenais da URSS, "Plano" e "Planejamento" tomaram-se palavras da moda na política. Os partidos social-democratas adotaram "planos", como na Bélgica e Noruega (HOBSBAWM, 2001, p. 100-101).

No Brasil, justamente nesse momento de grave crise econômica o então presidente paulista, Washington Luís, decide romper o pacto de sucessão da política do Café com Leite e impor um próximo presidente, também paulista. O rompimento do pacto que garantia a estabilidade política, em um momento de grave crise econômica, possibilita a ascensão de um político pouco conhecido do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas.

Destacando o cenário internacional, é possível assegurar que o quadro de grandes mudanças se seguiu à crise econômica de 1929, de contornos mundiais e com grandes alterações políticas, sobretudo referentes ao quadro democrático anteriormente construído na Europa, Geoff Eley (2005), importante historiador inglês, define da seguinte maneira:

Era aqui [Europa Central] que o colapso democrático estava mais avançado – em 15 de junho de 1927, a Áustria entrou numa incipiente Guerra Civil após uma confrontação entre governo e socialistas, enquanto em março de 1930, na Alemanha, o governo parlamentar foi suspenso por um decreto presidencial [...] No final dos anos 1920, o fascismo italiano se transformou num regime pós-democrático completo. Espanha, Portugal, Polônia, Lituânia, Albânia e Iugoslávia enterraram a democracia parlamentar na mesma década, enquanto o autoritarismo húngaro se radicalizou sob o comando de Gyula Gömbös em 1932 (ELEY, 2005, p. 307-308).

Tal quadro avança quando, em 1933, os Nazistas ascendem ao poder na Alemanha. O quadro de mazelas sociais oriundos do fim da Primeira Guerra Mundial e os efeitos da quebra da bolsa, em 1929, levam a Alemanha a um desemprego industrial de 36,2% e, conseqüentemente, o apoio ao partido nazista foi de 2,6%, em 1928, para 37,4%, em 1932 (ELEY, 2005).

No Brasil, o mercado interno se transforma no principal fator dinâmico da economia nos anos seguintes à crise, tanto de bens agrícolas quanto de bens

industrializados e, assim, iniciaremos nosso desenvolvimentismo¹² (FURTADO, 2000).

Esse modelo de desenvolvimento econômico interferiu diretamente no padrão de industrialização; na verdade, ficaram submetidas as “indústrias de bens de consumo interno” de baixa produtividade e sem vinculações com a exportação, que trazia um conjunto variável de mercadorias a serem consumidas internamente e depunha contra o nosso crescimento econômico, sustentado basicamente pelas nossas importações de produtos primários. Nosso crescimento econômico, basicamente, se alcançava com base em uma balança comercial favorável, tornando a economia nacional extremamente dependente da economia externa e com uma diminuta atividade industrial, características comuns em toda América Latina (TAVARES, 1982).

Tal dependência externa vai se minimizar na medida em que o sofrimento da economia interna se aprofunda. O período entre guerras e, principalmente, os efeitos internacionais da Crise de 1929 vão, aos poucos, nos forçar a um novo modelo de desenvolvimento econômico, sobretudo por meio de certo protecionismo ao mercado interno, momento a partir do qual a industrialização ganhou um impulso maior. Esse movimento proporciona uma redução dos efeitos externos (exportação) à formação da renda nacional, ou seja, caracteriza o que a própria Tavares (1982) nomeia, inicialmente, como um modelo “pra dentro”.

Tal modelo representa a passagem¹³ do Modelo Primário Exportador para o Modelo de Substituição de Importações. Cabe destacar que a dependência econômica apenas muda qualitativamente, ao longo do processo de substituição das importações: essa é uma das marcas distintivas do desenvolvimento da América Latina em relação à Divisão Internacional do Trabalho (TAVARES, 1982).

¹²Fonseca (2004, p. 13) aponta uma transição importante da ideia de progresso para ideia de desenvolvimento, algo semelhante ocorre na política racial no governo Vargas: “Assim, ao final da Primeira República, o termo desenvolvimento começa aparecer na retórica oficial, ainda algum tempo sem abandonar de vez a palavra progresso - e que ajuda a evidenciar o positivismo como uma das matrizes ideológicas do desenvolvimentismo brasileiro a partir de 1930 (FONSECA, 2000), o qual certamente também se abeberou de outras fontes, como o keynesianismo, a social-democracia e mesmo o corporativismo italiano, na época do Estado Novo, sem contar com os pensadores “autoritários” nacionais, como Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral e Plínio Salgado”.

¹³O que em princípio se apresenta como passagem, na verdade, reflete uma necessidade da crise de 1929, pois há intermitências entre os projetos de desenvolvimento nacional, no Brasil, ao longo do período de 1930 a 1968. A partir do final dos anos 1960, assistimos ao fortalecimento de um novo modelo de desenvolvimento, em meio à Ditadura Civil-Militar no Brasil.

3 A ERA VARGAS: “A REVOLUÇÃO BURGUESA”

Há a necessidade de retomar uma afirmação anterior, sobre o porquê tratar as mudanças que ocorreram a partir de 1930, no Brasil, como Revolução. Florestan Fernandes (1976) nos aponta um dos argumentos mais aceitos pelas teorias sociais sobre certo padrão social assumido pelo Brasil:

Sob esse aspecto, o elemento crucial vem a ser o padrão de civilização que se pretendeu absorver e expandir no Brasil. Esse padrão, pelo menos depois da Independência, envolve ideais bem definidos de assimilação e aperfeiçoamento interno constante das formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida, imperantes no chamado “mundo ocidental moderno”. Portanto, não seria em elementos exóticos e anacrônicos da paisagem que se deveriam procurar as condições eventuais para o aparecimento e o desenvolvimento da “burguesia”. Mas nos requisitos estruturais e funcionais do padrão de civilização que orientou e continua a orientar a “vocação histórica” do Povo brasileiro (FERNANDES, 1976, p. 17).

Tal afirmação nos coloca frente a uma ideia de modernidade e um projeto de modernização, ligado ao desenvolvimento da sociedade Capitalista-Moderna e sua assunção pelo Brasil, como padrão civilizacional. Nestes termos, a sociedade moderna estaria condicionada ao desenvolvimento do capitalismo como modo de produção, ou seja, consolidar novos tipos de relações sociais, isso de acordo com Marx, que nos sugere no prefácio de sua principal obra, *O Capital* (2013):

Ainda que uma sociedade tenha descoberto a lei natural de seu desenvolvimento - e a finalidade última desta obra é desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna -, ela não pode saltar suas fases naturais de desenvolvimento, nem suprimi-las por decreto. Mas pode, sim, abreviar e mitigar as dores do parto Marx (MARX, 2013, p. 79).

Tal excerto, além de apontar os objetivos de sua obra e, certo “efeito de espelhamento” do desenvolvimento capitalista, também transparece uma equivalência entre a ideia de modernidade e o desenvolvimento do capitalismo, ou ao menos, as estreitas ligações entre “sociedades modernas” e o novo modo de produção emergente, que passa ser apresentado no decorrer de sua obra. H. Lefebvre (1969), investigando a mesma relação, modernidade-capitalismo, em K. Marx, atesta:

O termo moderno volta frequentemente sob a pena de Marx para designar a ascensão da burguesia, o crescimento econômico, o estabelecimento do capitalismo, suas manifestações políticas, e enfim, e sobretudo, a crítica deste conjunto de fatos históricos (LEFEBVRE, 1969, p. 199).

É justamente nesse sentido que a Revolução Burguesa brasileira, como estruturada por Florestan Fernandes (1976), apresenta-se como sendo o ápice do momento em que o Estado brasileiro decidiu conformar-se a um padrão de desenvolvimento capitalista já interiorizado, sobretudo nas sociedades nacionais europeias, que, ao menos desde a Independência, vinham orientando a organização institucional do país. Ao assumir esse “modelo exterior” de relações sociais, novos dispositivos institucionais deveriam ser inseridos, bem como valores específicos deveriam ser compartilhados. Assim, a Era Vargas é crucial, ao fortalecer um ideal de nacionalidade e dentre os princípios sociais mais elementares a serem ressignificados, encontrava-se o do trabalho. A modernidade econômica quista exigia uma cultura diferente, cuja intervenção estatal tenta modelar a partir de seu nacionalismo, com ideias de raça e trabalho, principalmente.

A “Era Vargas”, como registrado em muitos livros de História, constitui-se por quinze anos ininterruptos de governo, compostos por: Governo Provisório (1930-1934); como presidente eleito indiretamente (1934-1937); e como ditador do Estado-Novo (1937-1945). Posteriormente, para o período de 1951-1954, Vargas foi eleito presidente, após o mandato de Eurico Gaspar Dutra (PSD). Dentre as várias marcas profundas deixadas em nossa história, destacam-se as mais centrais a nossos propósitos: a participação estatal, o intervencionismo, na economia e na sociedade.

A ascensão de G. Vargas é resultado de um forte abalo na estrutura de dominação nacional; e a busca pela construção de uma nova estabilidade política e econômica recai sobre o novo governo, em um período ainda muito marcado por conflitos no interior das classes dominantes. Tal instabilidade política e econômica imagina um fiel de balança, o povo. Nesses termos, a partir dessa mesma Era Vargas, costumamos definir o início do Populismo¹⁴ e o marco de maior participação

¹⁴Populismo, segundo as características de Ianni (1975) e Weffort (1980), caracteriza-se por uma política de massas atrelada a um processo de urbanização, associado a uma conformação de classes dirigentes, que buscam apoio nessas massas e tentam orientá-las; e um líder carismático e populista. Organizaram três grandes atores sociais: a burguesia nacional, o movimento sindical e o Estado, destacando a crise das oligarquias rurais e um estado de compromisso com um equilíbrio instável entre as forças.

popular na política, evidentemente, aperfeiçoando e implementando instrumentos de controle dessa população, sobretudo os ideológicos.

A ambição do Estado Novo de gerar o “Homem novo” possui dois grandes ingredientes: Raça e Trabalho -, e a educação pública é um espaço privilegiado para tal constatação:

Formar um ‘homem novo’ para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, *forjar* uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados (BOMENY, 1999, p. 139).

Essas ideologias dialogam diretamente com essa ambição de controle. Ambas são entrecortadas pelo imaginário da identidade nacional e cidadania e encontram, na educação, seu espaço de (re)produção. O então Ministério da Educação e Saúde¹⁵, com Gustavo Capanema (1934 – 1945), ansiava por “aperfeiçoar a raça” – criar uma ‘raça brasileira’ saudável, culturalmente europeia, em boa forma física e nacionalista” (DÁVILA, 2006, p. 21). O povo era pensado como “degenerados”, cuja modernização os corrigiria. Laços cada vez mais estreitos entre educação, raça e nacionalismo foram se cristalizando:

A importância interna e a influência da raça não foi desafiada ou renegociada. Com efeito, a conflituosa política educacional reforçou ainda mais o modelo nacionalista eugênico e técnico de educação, formando linhas de batalha entre progressistas e conservadores que duraram por mais de meio século, mas que se desviaram de qualquer debate significativo sobre o papel da raça na educação pública (DÁVILA, 2006, p. 243).

O pensamento eugênico¹⁶ viveu o seu auge, no Brasil e na América Latina, no Entreguerras, e os negros eram aqueles que mais inquietavam as autoridades médicas e estatais (STEPAN, 2005). A raça sempre esteve imbricada à capacidade

¹⁵A proximidade entre Educação e Saúde ajuda a refletir a proximidade do sanitarismo, higienismo, eugenia e a Educação. Como nosso critério de cidadania passa a ser o trabalho, esse conceito articula a relação com a Medicina Social, quase inexistente antes de 1930. A medicina social compreendia um conjunto amplo de práticas que envolviam higiene, Sociologia, Pedagogia e Psicopatologia, áreas cujo conceito raça é igualmente impactante.

¹⁶Criado por Francis Galton, primo de Charles Darwin, ciência cujo objeto de estudo é o aperfeiçoamento da raça humana.

nacional de desenvolver-se, um dos argumentos que justificaram as políticas de imigração desde o fim do século XIX¹⁷. Figuras como Monteiro Lobato e Renato Kehl são os nomes mais emblemáticos da Eugenia brasileira e, entre os traços mais marcantes, o artigo 138b, da Constituição de 1934, “incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: [...] estimular a educação eugênica”.

A censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) ao samba é um marcador da polaridade entre o trabalhador e o malandro brasileiro¹⁸. Reflete, por um lado a ideologia do Estado-Novo, e, por outro, as relações do povo, por meio dos sambas, a tal ideologia. A referência ao samba nos força lembrar que, apesar da tentativa de forjar uma nacionalidade e controlar o acesso à cidadania, o povo atua e se instrumentaliza dos novos discursos para intervir em sua realidade¹⁹.

A Revolução de 1930 e a avidez de modernização levaram a uma expansão da escolarização, sob a liderança dos Pioneiros da Educação²⁰, que alteraram as teorias da educação, a política educacional e a prática pedagógica no país. A centralização típica do regime Vargas também atinge a Educação, uma vez que a Constituição Federal de 1934 consagra tal centralidade para elaboração de um Plano Nacional de Educação, competência apenas da União. A educação recebe o impacto da nova ideologia do trabalho, marcada, sobretudo, pela criação do Serviço Nacional de Ensino Industrial – SENAI –, em 1942, e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC –, em 1946 (SAVIANI, 2004).

Em termos econômicos, temos a passagem de uma ideia de Progresso para uma ideia de desenvolvimento, durante a Era Vargas; e o mesmo ocorre com a

¹⁷Parte do projeto de branqueamento da população brasileira, iniciado após a Abolição, envolve uma política sistemática imigração, mais de 1,5 milhão de imigrantes brancos entraram no país entre 1890 e 1920, o que ampliou a necessidade de fortalecer uma identidade nacional brasileira.

¹⁸Em 1941, a lei de contravenções penais instituía o crime de “vadiagem”. Um personagem ainda famoso nos sambas, o malandro, é marcado por tal característica e, no artigo 59, a legislação traz a seguinte definição de vadiagem: “*entregar-se [...] habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita*”.

¹⁹Em uma samba de Noel Rosa, Escola de malandro (1932), temos a seguinte estrofe: “Oi, enquanto existir o samba/Não quero mais trabalhar A comida vem do céu,/ Jesus Cristo manda dar!/ Tomo vinho, tomo leite,/ Tomo a grana da mulher,/ Tomo bonde e automóvel,/ Só não tomo Itararé [...]” (ROSA; SILVA; SILVA, 2000).

²⁰Por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), uma nova proposta educacional surge. Segundo Saviani (2004), tal documento “Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 1920 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país (p. 34)”.

trajetória intelectual de Getúlio (FONSECA, 2004). Mas, ao tratar da educação no governo Vargas, vemos de maneira melhor acabada, na prática, o ideal de embranquecimento construído, no Brasil, que se pensava, como aquele que deve “progredir”, “evoluir”. De influências marcadamente positivistas, darwinistas sociais e evolucionistas, que, segundo Schwarcz (1993) e Ortiz (2012), são as primeiras teorias científicas a chegarem, no último quartel do século XIX, no Brasil.

Quando observamos as teorias raciais apropriadas e desenvolvidas no Brasil, comumente, classificamos o século XIX, em relação à mestiçagem, como aquele em que existiam intelectuais que defendiam a miscigenação como maneira de embranquecer o país, e conseqüentemente, fazê-lo progredir (João B. Lacerda, Silvio Romero); por outro lado, há outro conjunto de autores, que classificavam o mesmo processo como danoso à nação, degenerador do povo brasileiro (Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Conde Gobineau). A opção que nos daria a possibilidade de “progredir” era, então, o embranquecimento.

Tal polaridade é desconstruída pela obra de Gilberto Freyre, em 1933, *Casa Grande & Senzala*, nesse caso, fazendo da mestiçagem o nosso discurso de identidade nacional. Esse modo esquemático, e por isso mesmo, cheio de lacunas²¹, de sintetizar tais teorias nos ajuda a criticar tais construções teóricas. Ou seja, comumente, a associação do ideal freyreano de identidade nacional é atrelado ao nacionalismo varguista no mesmo movimento associativo que elaboramos anteriormente, no entanto, observar a atuação do Ministério da Educação e Saúde, durante o governo Vargas, nos possibilita visualizar a complexidade das relações sociais.

A expansão da escolarização, possibilitada pelo ideal modernizante do governo Vargas, implementa uma educação eugênica e nacionalista, voltada para a nova ética do trabalho. Ou seja, a ideologia freyreana aproxima-se do desenvolvimentismo varguista, no entanto, na prática, principalmente do Ministério da Educação e Saúde, observamos uma política eugênica, marcada pelo símbolo do progresso da população, via embranquecimento.

²¹Talvez a maior das lacunas seja expressa na obra de Manoel Bonfim, “América Latina: Males de origem”, texto de 1903. Segundo Ortiz (2012), o autor apresenta uma teoria dissidente das hegemônicas no Brasil do período, apesar de referenciais teóricos semelhantes.

Boris Fausto (1995, p. 335) atesta que o trabalhismo é “um dos aspectos mais coerentes do governo Vargas”; apesar de suas fases, manteve seu objetivo principal: “reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo”. A repressão ocorreu com o ataque aos partidos de esquerda, principalmente o PCB; e a atração se deu com a legislação social – trabalhista e previdenciária²².

Merece destaque, nesse momento, que essa ideologia, de uma nova ética do trabalho, envolve-se de maneira orgânica aos máximos ideais do Estado-Novo, como mencionado, e melhor explicado, em sua amplitude, por Gomes (1999):

O trabalho, desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, no cerne de uma ampla política de revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial de revalorização do homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão (GOMES, 1999, p. 55).

O trabalho, assim, encontra-se justaposto entre a cidadania e a identidade²³; e as construções do Estado não são implementadas sem negociação com o povo. Da mesma forma, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) pode ser interpretada como uma conquista, ou, por outro lado, como uma maneira de controlar o trabalhador, retirando sua possibilidade de atuação, o que evidentemente não ocorre.

Ao fundir as perspectivas de trabalho e raça, a eficácia ideológica é ampliada, por atingir os aspectos amplos da sociabilidade, sob a égide de ser a *ideologia do trabalho livre*. Com ideais de civilização nacional e uma nova ética do trabalho,

²²Novamente é importante reiterar que esse ideal de controle estatal é a visão e a meta do governo, Gomes (2004, p. 176), tentando criar uma proximidade entre o fim da escravidão e início da industrialização, nos indica a instrumentalização desses grupos dominados: “Assim, se os escravos souberam agir nas brechas que a lei de 1871 lhes abriu, também os trabalhadores urbanos, mas não só eles, o procuraram usar os direitos que as novas leis estabeleciam, até porque podiam defendê-los através de uma instituição igualmente nova: a Justiça do Trabalho”. Chalhoub (2009; 2012) e Negro (2006) também trazem reflexões semelhantes, além do fato de aproximarem o trabalhador urbano do ex-escravo, sobretudo, em estados distintos de São Paulo, ressalva que Boris Fausto (2016) também efetiva, ao comparar com o Rio de Janeiro.

²³Um bom exemplo seria a Lei dos 2/3, que garantia que as empresas mantivessem no mínimo 2/3 dos trabalhadores nacionais: tal medida teve impacto positivo na incorporação de trabalhadores negros. O Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, também ficou conhecido como lei de nacionalização do trabalho.

temos, no mesmo discurso, uma perspectiva de controle social e uma imagem de futuro projetada e conjugada com a necessidade do desenvolvimento econômico.

Negro (2006) fundamenta da seguinte maneira tais ideologias de transição para modernidade:

A suposta *inexorabilidade* na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil foi mais projeção das elites, numa ideologia – a da construção da nação – que produzia discursos sobre a substituição da mão-de-obra. Escravos, africanos e crioulos seriam substituídos por trabalhadores livres, imigrantes europeus. Indolência e atraso por tecnologia e aptidão; forjava-se a ideologia do trabalho livre no Brasil criada sob os símbolos da *civilização* e do *progresso* (NEGRO, 2006, p. 227).

Tal transição para modernidade, da perspectiva do trabalho, se resume, no caso brasileiro, ao fim do trabalho escravo e ao início de um trabalho assalariado. Os sujeitos, de ambos os lados, recebem sua tintura, os escravos são negros; e os assalariados são os brancos e imigrantes. A escolarização almeja construir um sujeito nacional, eugênico e um trabalhador. O trabalhador urbano nacional de 1930 é, preferencialmente, imigrante, branco e já possui interiorizada a ética do trabalho capitalista. Essa polaridade tende a, novamente, retirar o negro da modernidade e, é parcialmente esse discurso que Negro (2006) tenta denunciar, visando aproximar a história do fim da escravidão com a do início do proletariado urbano, construindo mais pontes do que abismos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ruptura, anteriormente mencionada, para analisar a modernidade se faz presente em todos os conceitos: trabalhador, escravo, escolarização, identidade nacional, capitalismo, indústria, greve. Grande parte destes conceitos instauram cisões entre a modernidade e seu passado, o capitalismo e seu predecessor. Buscamos empreender o mesmo procedimento ao longo do texto, ao definir a Revolução Burguesa, segundo Florestan Fernandes, mas obviamente optamos por suplementar essa cisão moderna com traços que ela própria omite. Ou seja, reconhecemos alguns marcos, não como anacronismos ou polaridades, mas como marcadores de nossa sociabilidade contextual, uma vez que a modernidade passa a

ser um *télos* para a sociedade brasileira, dos anos 1930 em diante, sendo mais questionada contemporaneamente.

A episteme moderna nos obriga, na teoria social, a reconhecer a ruptura instaurada pela modernidade e, operacionalizar, direta ou indiretamente, com uma “diferença moderna”, capaz de atestar com objetividade, marcadores de inclusão e exclusão da modernidade num processo de modernização dos “mesmos moldes” que os europeus, de tal sorte,

Procurando enfatizar a industrialização (*que se transformava em sinônimo de urbanização e modernidade*), a sociedade escravista foi desenhada como atrasada, posto que seu sistema social teria ‘raízes nitidamente patriarcais’, sendo ‘superada pelas relações contratuais, de empregado e patrão, que já predominam nas comunidades urbanas’. Escravidão, trabalho escravo e mundo rural apareceriam em oposição à industrialização, operariado e urbanização (NEGRO, 2006, p. 227).

A criação do “homem novo”, almejado na “Era Vargas”, é, fundamentalmente marcado, pela raça e pelo trabalho, seja no acesso à cidadania ou à identidade nacional hegemônica. Os limites desse homem novo são fixos, centrados e representam o “devir” e não o que é; assim, vemos o impacto representado na questão racial.

O negro convive com um duplo discurso: por um lado, o da mestiçagem, que o inclui, na maioria das vezes, ao ideal de identidade nacional; mas, por outro lado, esse mesmo discurso o exclui, pois só é inclusivo na medida em que os sujeitos se moldem a tal discurso, o que exige uma acomodação, ou aculturação, que pode ser lida como embranquecimento. O discurso visa à integração, não coexistência. Esse discurso é sintetizado na ideia de democracia racial freyreana, mas também na integração do negro na sociedade de classes, de Florestan Fernandes (2008a; 2008b).

Civilizar o liberto, em cidadania, é torná-lo um trabalhador – soa tragicômico. Ser negro não significa “ser”, mas estar a “caminho de” um aprimoramento nacional. Obviamente, tais afirmações, visam a demonstrar o discurso do Estado e, que até mesmo esse, costura uma série de discursos, pois possui objetivos diversos, podendo ser observado ao olharmos para política educacional. A política eugênica não pode ser condizente com o discurso da mestiçagem nacional; ao menos não como aquele que torna o samba e a capoeira patrimônios nacionais numa

perspectiva de valorizar a cultura negra. Está bastante distante essa “valorização da cultura negra” do que revelam as perspectivas de embranquecimento das escolas públicas, mas ambas ocorrem de maneira coetânea. Melhor dizendo, a mestiçagem só é um valor por um devir que embranquece.

A identidade nacional brasileira pode até ser mestiça, mas deve “melhorar” e “evoluir”, como a sociedade ansiava no século XIX. Apesar do ideal de mestiçagem, ainda mantemos a ideia de que o Brasil é o país do futuro, cabendo a uma elite nacional e demiúrgica dizer por onde se deve ir. Uma distinção, no entanto, merece destaque: a identidade nacional, nos termos apontados ao longo do texto, se refere a um “ideal” e, diferentemente, da cidadania não possui caracteres tão fixos de inclusão e exclusão. Como ideal, os efeitos são subjetivos, constituídos de arquétipos de representação coletiva. A identidade e as ideologias são móveis, para o Estado e para os sujeitos, não é regida na objetividade, como a cidadania. Porém, suas delimitações são mais restritivas nos estados democráticos. O Brasil considera os negros cidadãos desde a República, mas suas ideologias raciais ainda são produtoras de uma diferenciação social e cultural que obstruem uma cidadania plena, ou uma plena democracia.

REFERÊNCIAS

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CARDOSO, F. H. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales In: FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1975.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: O cotidiano de trabalhadores do rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2012.

CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos do AEL**. Campinas, Unicamp, v. 14, n. 26, 1º semestre de 2009.

DÁVILA, J. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses**: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ELEY, G. **Forjando a democracia**: A história da esquerda na Europa, 1850 – 2000. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Companhia de Letras, 2016.

FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. São Paulo: Globo, 2008a.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 2. São Paulo: Globo, 2008b.

FONSECA, P. C. D. **Do Progresso ao Desenvolvimento**: Vargas na Primeira República. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC; 32., 2004.

FONSECA, P. C. D. **Vargas**: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Â. M. C. **Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980**: notas para um debate. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 34, jul./dez., 2004.

GOMES, Â. M. C. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMES, Â. M. C. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos**: O breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

IANNI, O. **O colapso do populismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1975.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia de Letras, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à Modernidade**. Trad. J. C. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia política: Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social** (revista de sociologia da USP), v. 18, n. 1, jun. 2006.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ROSA, N.; SILVA, I.; SILVA, W. Escola de malandro. In: **Noel pela primeira vez** (CD n.º 5), Funarte/Velas, [1932], 2000.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 1994.

SAVIANI, D. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: Cientistas, Instituições e a questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VAINFAS, R. **Ideologia e escravidão**: Os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Artigo recebido em: 16/12/2019

Artigo aprovado em: 18/02/2020

Artigo publicado em: 02/03/2020